

Procuradores: governo 21 tenta nova Lei da Mordação

Proposta enviada ao Congresso é considerada mais dura que medida provisória de janeiro

● BRASÍLIA. A Associação Nacional dos Procuradores da República criticou ontem a proposta do governo que amplia a possibilidade de punição quando uma pessoa fizer denúncia infundada e falsa contra outra. Segundo os procuradores, com o projeto de lei, que altera o artigo 339 do Código Penal, o governo insiste na tentativa de amordaçar não só o Ministério Público mas os cidadãos que fizerem denúncias contra a administração. A nova proposta foi considerada mais dura do que a medida provisória que tipificava a investigação de denúncias sem fundamento por procuradores como improbidade administrativa e que aca-

bou sendo retirada.

Se o projeto for aprovado, os procuradores passarão a responder, nesses casos, por crime, ficando sujeitos a penas de até quatro anos de prisão.

— É uma mordação nos procuradores e nos cidadãos, que ficarão com medo de fazer denúncias — disse o presidente da associação, Carlos Frederico dos Santos.

As associações de classe do MP foram tomadas de surpresa pelo anúncio do projeto. Há 15 dias, seus representantes tiveram uma reunião com o presidente Fernando Henrique, da qual saíram dizendo esperar a retomada do diálogo o mais rapidamente possível. ■